

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA COMO CONDICIONANTE À NOVA RELAÇÃO URBANO-RURAL NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI (MG)¹

Flávia Aparecida Vieira de Araújo²

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Bolsista CNPq
Universidade Federal de Uberlândia
flaviaraujogeo@yahoo.com.br

Beatriz Ribeiro Soares³

Professora Doutora do Instituto de Geografia
Universidade Federal de Uberlândia
brsoares@ufu.br

Resumo

A distinção e a delimitação entre a cidade e o campo tornaram-se uma tarefa mais difícil a partir da acentuação das articulações entre esses espaços. Essa maior acentuação foi condicionada pela revolução técnico-científica, a qual imprimiu uma nova complexidade ao estudo, pois intensificou os processos de urbanização e industrialização; promoveu o desenvolvimento do capitalismo no campo e a conseqüente modernização da agricultura. Houve, assim, uma ressignificação do rural e do urbano, a qual exige que as distinções e singularidades sejam valorizadas frente às influências mútuas que se estabelecem entre a espacialidade rural e urbana. Nessa perspectiva, surgiu o interesse de se estudar a interação urbano-rural no município de Araguari (MG) a partir do processo de modernização agrícola, que redefiniu o conteúdo e o papel da área rural do município, intensificando, assim, a relação urbano-rural.

Palavras-chave: Relação urbano-rural. Modernização agrícola. Araguari/MG.

THE PROCESS OF AGRICULTURAL MODERNIZATION IS DETERMINANT TO NEW RELATION OF THE URBAN-RURAL IN THE ARAGUARI CITY (MG)

Abstract

The distinction and the delimitation between the city and the field had become very difficult due to the enhancement of the articulation between them. This enhancement was responsible for the technician-scientific revolution, which printed a new complexity to the study, intensifying the processes of urbanization and industrialization, promoting the field capitalism development and resulting in the modernization of agriculture. Thus, there was a ressignification of the rural and urban, which requires that their distinctions and singularities being more valued against the mutual influences that are established between the rural and

urban spatial. In this way, the aim of this study was to analyze the urban-rural interaction in the Araguari (MG) city, analyzing the process of agricultural modernization which has redefined the role of the city rural area and intensified the urban-agricultural relation.

Key-words: Urban-agricultural relation. Agricultural modernization. Araguari/MG.

Introdução

A relação cidade-campo⁴ é uma temática complexa, polêmica, instigante e muito relevante na ciência geográfica, uma vez que a distinção e delimitação entre a cidade e o campo tornaram-se uma tarefa mais difícil a partir da acentuação das articulações entre esses espaços. Essa maior acentuação foi condicionada pela revolução técnico-científica, iniciada a partir da segunda metade do século XX, a qual imprimiu uma nova complexidade ao estudo, pois intensificou os processos de urbanização e industrialização; promoveu o desenvolvimento do capitalismo no campo e a conseqüente modernização da agricultura. Mesmo não tendo ocorrido de forma homogênea, esses fatores redefiniram os espaços rurais, imprimindo-lhes uma nova dinâmica; diversificaram os serviços urbanos; intensificaram os fluxos de transportes e comunicações e reestruturaram a interação das áreas rurais com os espaços urbanos.

Nessa perspectiva, um novo interesse pelo estudo da relação cidade-campo emergiu em algumas ciências, podendo-se destacar a economia, a sociologia, a antropologia e também a geografia, que tentam estabelecer parâmetros para a definição, hoje, de rural e de urbano e a relação que ambos estabelecem, o que se torna, portanto, um enorme desafio, visto que houve uma ressignificação do rural e do urbano. Essa exige que as distinções e singularidades sejam valorizadas frente às relações, às articulações e às influências mútuas que se estabelecem entre a espacialidade rural e urbana.

A nova dimensão assumida pelas relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre o campo e a cidade, advinda, especialmente, do “relativo” fim da auto-suficiência das localidades rurais (considerando que dependem de equipamentos e serviços implantados na cidade), passou a exigir a compreensão de que o rural e o urbano não devem ser mais pensados como recortes territoriais isolados, como tradicionalmente o fora. Assim, o desafio de se discutir os espaços urbano e rural além das distinções e oposições existentes deve ser superado, pois a relação que se estabelece entre esses espaços possui uma forte interdependência e complementaridade.

No Brasil, as situações rural e urbana são definidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que considera como população urbana as pessoas e os domicílios localizados nas cidades, nas vilas (sedes distritais) ou mesmo em áreas urbanas isoladas. A população rural é aquela que se localiza em toda a área fora dos limites urbanos, ou seja, fora do perímetro urbano, que é delimitado por uma lei municipal, sendo adotada pelo IBGE para a delimitação dos setores censitários e o processo de recenseamento. Todavia, a análise baseada na posição do domicílio no município gera enormes controvérsias, tais como o questionamento sobre o fato da população das vilas distritais ser considerada como urbana, mesmo estando localizada na área rural dos municípios. Vários estudos revelam que o rural e o urbano não podem ser interpretados como simples categorias operatórias, mas precisam ser analisados à luz dos conteúdos e significados das relações sociais, já que práticas tipicamente ligadas ao modo de vida rural podem se manifestar em áreas consideradas urbanas e vice-versa.

Diante dos pressupostos de que há uma interação do urbano e do rural em um mesmo local, de que as fronteiras entre eles são cada vez mais tênues e de que o significado dessas realidades deve ser buscado nas práticas sociais dos agentes, o objetivo desse trabalho é estudar a interação urbano-rural no município de Araguari a partir do processo de modernização agrícola.

Para o alcance do objetivo proposto, a metodologia utilizada na pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico sobre os estudos da relação cidade-campo, podendo-se destacar os trabalhos de Carneiro (1997), Endlich (199-) e Rua (2001). Os trabalhos que possuem uma abordagem voltada ao processo de modernização agrícola, seja em nível nacional ou mesmo regional também foram importantes, merecendo destaque os trabalhos de Gobbi (2004), Graziano da Silva (1982), Monteiro (2004) e Pessôa (1982, 1988). Também foram utilizados trabalhos que abordam sobre a rede urbana da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, merecendo destaque os trabalhos de Bacelar (2003) e Soares (1997). Essa etapa foi de fundamental importância para a delimitação teórica do trabalho. O levantamento de informações em fontes secundárias foi realizado no IBGE, onde foram encontrados dados censitários e estatísticos do município. O registro de informações foi realizado em tabelas e quadros.

O município de Araguari localiza-se na porção norte da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais, possuindo como áreas limítrofes os

municípios de Uberlândia, Tupaciguara, Cascalho Rico, Estrela do Sul e Indianópolis (Mapa 1).

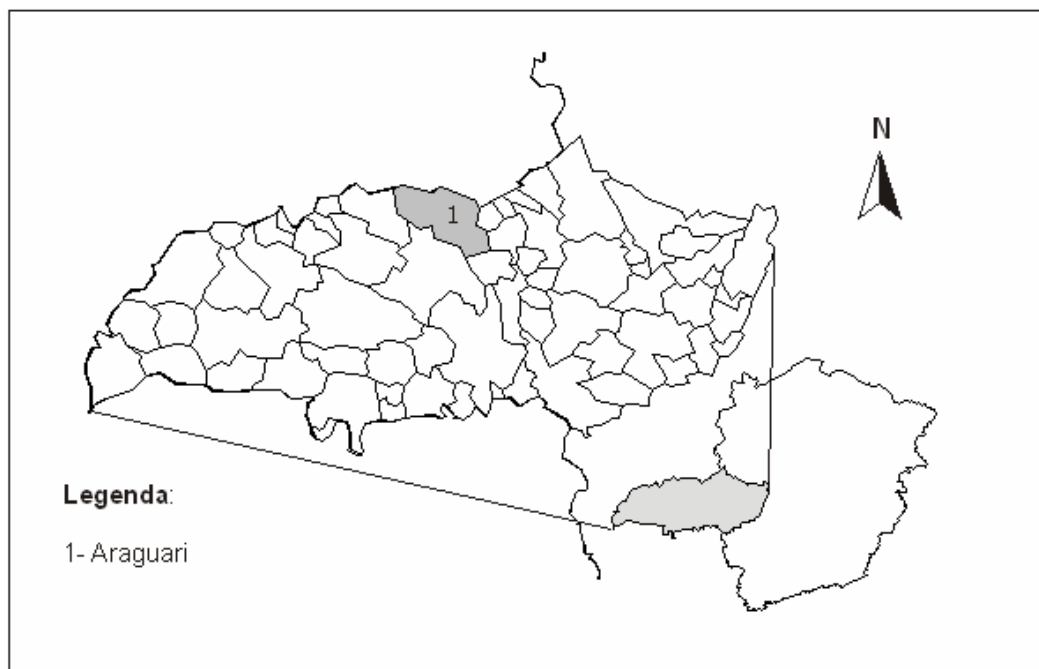


Figura 1 - Araguari (MG): localização do município no estado de Minas Gerais (2008)
Fonte: <http://philgeo.club.fr/Index.html>. Adaptado por: Hélio Carlos Miranda de Oliveira, 2008.

A área total do município é de 2.730 Km², sendo 2.675 Km² de área rural e 55 Km² de área urbana, e está dividida em cinco distritos, sendo eles: Araguari (distrito-sede), Amanhece, Florestina, Piracaíba e Santo Antônio/Contenda⁵. O objeto de estudo deste trabalho é o distrito de Amanhece. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, Araguari possuía 101.974 habitantes, com 92.748 habitantes na área urbana, ou seja, 91% do total populacional e somente 9.226 vivendo na área rural do município. Assim, percebemos que o peso da população rural no conjunto da população municipal é pequeno.

A análise da tabela 1 permite perceber que os distritos contribuem com 1.871 habitantes do total urbano⁶, ou seja, cerca de 2% da população total do município. Percebemos também que a população rural dos distritos de Araguari é maior do que aquela que reside nas sedes distritais (vilas), apresentando um total de 5.236 habitantes, o que representa 57% da população rural do município. É importante destacar que o distrito de Florestina destaca-se com 2.458 habitantes vivendo na área rural (26,7% do total), seguido pelo distrito de Amanhece, que possui 1.507 habitantes, ou seja, 16,4% do total da população rural do município. Dentre os distritos do município, Amanhece é o que possui o maior número de população urbana, ou seja, 1.185 habitantes, o que representa 1,27% do total dessa população no município.

Tabela 1 - Araguari (MG): distribuição da população por distritos e situação de domicílio (2000)

Distritos	População residente			
	Urbana	% no total*	Rural	% no total*
Amanhece	1.185	1,27	1.507	16,4
Florestina	12	0,01	2.458	26,7
Piracaíba	674	0,72	1.271	13,8
Sub-total	1.871	2,0	5.236	57,0
Distrito-sede	90.877	98,0	3.990	43,0
Total	92.748	100,00	9.226	100,00

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (2000)

Organização: ARAÚJO, F. A. V. (2008)

Nota da tabela: *Os dados referem-se à população total municipal.

Essa reduzida parcela da população residente nas vilas destes distritos justifica-se pelo fato das pessoas possuírem suas atividades estritamente ligadas ao meio rural, não havendo, assim, o oferecimento de condições de trabalho que permitam a efetiva reprodução socioeconômica de sua população.

Consideramos, nesse momento do trabalho, a importância de se discutir acerca do processo de modernização agrícola no município de Araguari, o qual reestruturou a relação cidade-campo e, conseqüentemente, intensificou a interação urbano-rural.

A reestruturação da relação cidade-campo pelo processo de modernização agrícola no município de Araguari (MG)

A compreensão da dinâmica populacional e da realidade local dos distritos do município de Araguari só é possível a partir do entendimento do processo de modernização agrícola, que ocorreu após a década de 1970. Apesar das décadas anteriores marcarem o início das inúmeras transformações estruturais pelas quais passou a agricultura brasileira, foi a partir de 1970 que elas se mostraram mais intensas. O município de Araguari, por estar localizado em área de cerrado, foi beneficiado pelos programas financiados pelo governo federal e estadual, que possuíam como objetivo principal a incorporação de terras relativamente baratas por meio da intensificação do uso de capital, da correção da acidez dos solos característicos

dessa região, da mecanização da produção agrícola, que foi possibilitada pelo fornecimento de crédito, pela assistência técnica e pela implantação da infra-estrutura básica, como redes elétricas, rodoviárias e de armazenamento. O cerrado tornou-se interessante para a expansão da agricultura devido à sua localização e também pelas suas características físicas, ou seja, a presença de extensas áreas de chapada, que favoreciam a mecanização e a conseqüente introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde.

O Estado teve fundamental importância neste processo de modernização da agricultura brasileira, sobretudo nas áreas de cerrado. Isso ocorreu por meio de vários programas governamentais para o desenvolvimento dessas áreas, como o PCI (Programa de Crédito Integrado), PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados). A expansão da fronteira agrícola na perspectiva de promover o desenvolvimento do capitalismo no campo e, conseqüentemente, modernizar as atividades agropecuárias foi a meta principal desses programas. Graças a eles,

[...] foi possível promover a capitalização da agricultura nos cerrados, o que contribuiu tanto para o incremento da produção quanto para um aumento da produtividade e, conseqüentemente, da competitividade da sua agricultura com relação ao restante do país (GOBBI, 2004, p. 133).

O incremento da produção e o conseqüente aumento da produtividade foi possível devido aos subsídios dos governos federal e estadual, que forneceram os elementos básicos ao processo de desenvolvimento da agricultura, tais como a concessão de terras, crédito e infra-estrutura necessária para o armazenamento, comercialização, assistência técnica, máquinas, implementos e insumos agrícolas.

O PCI surgiu em 1972 e teve como objetivo promover uma transformação dos moldes tecnológicos da agricultura, em uma área de 292.298 hectares nas áreas de cerrado de Minas Gerais. Sua área de atuação foram as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu, Alto Médio São Francisco, Alto São Francisco e Metalúrgica. Conforme afirma Pessôa,

o empréstimo feito pelo programa se reverteu no financiamento de 230 projetos, espalhados por uma área de 11.025 ha, número 50% inferior à área prevista, e procurava atender aos grandes e médios proprietários por serem os únicos em condições de aceitar as normas dos empréstimos (PESSÔA, 1988, p. 101).

O PADAP foi implementado pelo governo estadual a partir de 1973 e sua coordenação foi de responsabilidade da Cooperativa Agrícola de Cotia. Seu desenvolvimento ocorreu paralelamente ao PCI e foi necessário desapropriar uma área de 60.000 hectares para que pudesse ser instalado. Seu pioneirismo no processo de expansão da agricultura capitalista no cerrado justifica-se pelo fato de que ele representou a primeira experiência de exploração agrícola de forma intensiva nessa área. O cultivo de café, soja e arroz foi realizado no primeiro ano de implantação do projeto, sendo que no ano subsequente o trigo foi o produto cultivado e, no terceiro ano de funcionamento, houve a definição de que os investimentos se canalizariam para o cultivo da soja, do trigo e do café, consideradas, portanto, como as culturas básicas do projeto. A importância desse projeto deve-se ao fato de que

a experiência do PADAP representa o ponto de partida para o POLOCENTRO, o impulso fundamental para o grande desenvolvimento da agricultura empresarial no cerrado, na última década de 1970, além de preparar as bases para a consolidação do Projeto Cerrado (PRODECER) (PESSÔA, 1988, p. 106).

A implementação do POLOCENTRO foi realizada pelo governo federal e destinada a médios e grandes proprietários. Seu objetivo era a ampliação da produção modernizada do cerrado e consistiu no oferecimento de recursos para pesquisa, experimentação e produção agropecuárias, reflorestamento, assistência técnica e crédito rural, assim como a implantação de infra-estrutura básica de apoio, como estradas, eletrificação rural, armazenagem e comercialização. Sua meta era a incorporação de 3,7 milhões de hectares das áreas de cerrado em cinco anos, sendo que 1,8 milhão de hectares seriam destinados à lavoura, 1,2 milhão de hectares à pecuária e 700 mil hectares ao reflorestamento.

O PRODECER, também conhecido como Projeto Cerrado, contou com a parceria do capital japonês nos investimentos, que foram mais ambiciosos em comparação àqueles realizados pelos demais projetos. Tais investimentos destinaram-se ao financiamento da compra de terras, custeio e comercialização da produção agrícola. O objetivo do projeto consistiu na produção de cereais para o mercado mundial, sendo priorizados os cultivos da soja, do milho e do sorgo em modernos latifúndios.

A introdução de novas culturas no cerrado, como a soja, o café e o milho, e a valorização do preço das terras decorrente da moderna infra-estrutura implantada na região foram os resultados advindos da atuação desses programas, que visavam à modernização da agricultura. Contudo, devemos considerar que os benefícios foram estendidos a uma reduzida parcela da população, já que estes programas atenderam, principalmente, às grandes e médias

propriedades, contribuindo para aumentar a desigualdade da distribuição de renda no setor agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1982), o que influenciou a saída da população do campo. Conforme afirma Monteiro (2004, p. 10) “[...] no Brasil, nas áreas ‘favorecidas’ de concentração de recursos, a agricultura de exportação e a agroindústria viabilizaram o surgimento das grandes empresas agrícolas, com conseqüente concentração da posse da terra”. O estabelecimento da agricultura voltada para o mercado externo intensificou a utilização de capital, que refletiu, por exemplo, na utilização de mão-de-obra (MONTEIRO, 2004). Esse processo exigiu a qualificação de mão-de-obra, o que gerou também um aumento da sazonalidade no emprego de trabalhadores rurais. Como a população do campo não tinha qualificação para atender a esta demanda e nem conseguia competir com a agricultura de exportação, viu-se obrigada a migrar para as cidades.

Assim, as políticas estatais de modernização impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo no campo, condicionando-lhe uma nova dinâmica econômica e configuração socioespacial, com a mecanização das atividades agrícolas e uma intensa concentração fundiária. É importante considerar que o processo de modernização agrícola brasileiro, em nível macro, engendrou uma nova dinâmica, não só nas áreas rurais, mas também nos centros urbanos. Essa nova dinâmica foi condicionada pela intensificação do fluxo de transportes e comunicações, pela diversificação produtiva e dos serviços e pelo intenso êxodo rural, advindo da expropriação dos pequenos produtores. Estes, não tendo condições de implantar técnicas modernas em sua produção, viram-se obrigados a vender suas propriedades aos grandes proprietários e migrar em direção às cidades, em busca de emprego e melhores condições de vida.

Santos (1993, p. 10) nos fala dessa nova dinâmica socioespacial resultante da modernização do campo, ao afirmar que: “O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos”. Esse mesmo autor nos fala da importância que o campo passa a representar para a reprodução do capital, já que o acolhe e o difunde em uma intensidade nunca antes vista. Conforme nos afirmou o autor,

[...] durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, obstáculo à sua difusão. Hoje, porém, o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente, com tudo o que isso acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas ocupacionais, rapidamente instaladas (SANTOS, 1993, p. 40).

Nesse sentido, o campo mostrou-se favorável ao desenvolvimento do capitalismo e ao processo de modernização agrícola. De acordo com Pessoa (1982), esse processo ocorreu de forma parcial, uma vez que se restringiu a alguns produtos e regiões e atingiu apenas algumas fases do ciclo produtivo, sendo voltado, principalmente, aos grandes proprietários, que tiveram maiores facilidades no acesso às políticas agrícolas de crédito rural. Conforme afirmou a autora,

[...] podemos evidenciar que a concentração de terras e capitais em vista das políticas agrícolas de crédito rural subsidiado de exportação e abastecimento interno, vem favorecendo apenas a uma parcela de agricultores, representados pelos proprietários fundiários e capitalistas agrícolas de maiores recursos econômicos financeiros, em detrimento da grande parcela de trabalhadores rurais, representados pelos pequenos minifundiários, parceiros rendeiros e posseiros (PESSÔA, 1982, p. 7).

De acordo com a mesma autora,

um outro aspecto que se observa é que o crédito rural é dirigido basicamente ao financiamento de um pequeno número de produtos, tais como a soja, o café, a cana, o algodão, o trigo, que recebem a maior parte dos recursos, em uma proporção muito superior à sua participação no total da produção (PESSÔA, 1982, p. 7).

Nesse contexto, as políticas agrícolas no município de Araguari também se dirigiram ao financiamento do cultivo de produtos destinados a abastecer o mercado externo, principalmente o café e, mais tarde, a soja. De acordo com Costa (2006), que realizou um estudo sobre a modernização e diversificação agrícola no município, na década de 1970 foi implantado o Plano de Diversificação Agrícola pelo ex-tenente Expedito Ferreira dos Santos.

O Plano possuía como objetivo intensificar o cultivo de café na área rural que, apesar de já existir, era reduzido e não gerava riquezas significativas à economia local. O desenvolvimento do plano foi facilitado pelo fato de que, naquela mesma época, o IBC (Instituto Brasileiro de Café) objetivava realizar uma adequação dos cafezais do país para a exportação. Assim, em 1969, esse instituto, por intermédio do GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura) criou um plano para financiar o plantio de café em todo o país e que possuía como objetivo o aumento da produtividade das lavouras cafeeiras. O GERCA tinha o interesse no aproveitamento de áreas novas para o plantio, dando uma atenção especial ao cerrado, área em que a ocorrência de geadas é menor. Nessa perspectiva, o município de Araguari, entre 1969 e 1970, foi incluído nesse programa, sendo que o ano de 1973 marca o início do plantio de café de forma mais intensa no local.

Apesar do planejamento para a implantação dos cafezais em Araguari, ela não foi tão simples. Vários planos de financiamento foram necessários para que essa implantação ocorresse de forma satisfatória e era preciso evitar o acesso a esses planos por parte de produtores “aventureiros” que estavam interessados apenas em obter recursos do governo, apesar da existência de cafeicultores experientes na região.

Após a inserção da lavoura cafeeira no município de Araguari, os produtores sentiram de forma direta a fragilidade desse tipo de cultura, visto que as oscilações no mercado são refletidas diretamente nos preços de cotação, o que não propiciava uma estabilidade à economia do município. Assim, por meio de iniciativas do governo municipal, os produtores destinaram seus recursos para o plantio de maracujá, o que atraiu vários compradores do estado de São Paulo para o município e também favoreceu a instalação das empresas de sucos Maguary, Dafruta e Pomar.

Essa significativa produção contribuiu para que fosse conferido a Araguari, na década de 1980, o título de capital do maracujá e, atualmente, seja considerada a capital do café e do tomate (BACELAR, 2003, p. 115). O cultivo de soja também foi introduzido no município e está vinculado ao processo de expansão do capitalismo no campo, que trouxe a necessidade de se atender aos interesses dos mercados interno e, principalmente, externo por meio da produção de matéria-prima e alimentos. A importância desse produto no contexto regional e local é percebida pela quantidade de silos localizados no município, os quais realizam o armazenamento dos grãos, tanto de soja, quanto também de café. São eles: ADM, Bünge, Quilombo e Selecta. A tabela 2 permite observar a capacidade de armazenamento desses silos.

Tabela 2 - Araguari (MG): principais armazéns, grãos armazenados e capacidade (2006)

Armazém	Produto	Capacidade (tonelada)
ADM Armazéns Gerais Ltda	Soja e farelo de soja	60.000 t
Bünge Alimentos	Soja e farelo de soja	22.000 t
Quilombo Armazéns	Café	25.000 sacos
Sementes Selecta Ltda	Soja e farelo de soja	-

Fonte: Costa (2006, p. 52)

Nota da tabela: (-) Dados não encontrados

A produção agrícola no município foi favorecida pelas condições de solo, clima, topográficas (relevos em chapadões) e litológicas (latossolo vermelho-escuro, popularmente conhecido como terra roxa). Tais condições, aliadas à evolução tecnológica que permitiu o

melhoramento das áreas de cerrado, constituem recursos favoráveis ao cultivo desses produtos agrícolas.

A tabela 3 permite constatar os principais produtos agrícolas cultivados no município, com destaque para o milho, a soja, o tomate e o café.

Tabela 3 - Araguari (MG): produção agrícola municipal (2006)

Produto	Área colhida (ha)	Produção (t)
Abacaxi (1)	17	425
Alho	238	4.284
Arroz (em casca)	100	130
Banana (2)	130	2.028
Café	8.500	16.830
Coco-da-baía	75	1.500
Feijão (em grão)	310	619
Laranja	20	240
Limão	5	90
Mamão	20	500
Mandioca	238	4.760
Maracujá	450	9.000
Milho (em grão)	14.000	87.360
Palmito	61	488
Soja (em grão)	17.500	54.600
Sorgo granífero	150	300
Tomate	423	33.840
Trigo	156	702

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006)

Organização: ARAÚJO, F. A. V. (2008)

Notas da tabela: (1) Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha

(2) Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha

Um importante aspecto que se observa no contexto da modernização agrícola do país, e especificamente no município de Araguari, é a nova configuração que pode ser observada

no espaço urbano das cidades, que passam a atender às exigências do campo modernizado, implantando lojas de insumos e fertilizantes agrícolas, tornando-se, assim, o lugar da regulação da dinâmica do campo, o que é corroborado pelas palavras de Santos (1993, p. 52):

A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se aperfeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas.

O aparecimento de novos estabelecimentos comerciais que surgem para atender às necessidades do campo modernizado em Araguari, como loja de venda de máquinas agrícolas, insumos e fertilizantes, contribui para uma nova configuração espacial urbana na cidade. As principais empresas portadoras de serviços na área agrícola do município de Araguari, as quais contribuem para essa nova configuração da cidade, podem ser observadas no quadro 1.

Empresas	Serviços Prestados
Agrialto Agronegócios	Alubos
Agroara Araguari LTDA	Produtos agropecuários
Agrofertil Indústria e Comércio LTDA	Alubos
Agromercantil AC Martins LTDA	Produtos agropecuários
Agromol Agropecuária LTDA	Produtos agropecuários
Agropaiva LTDA	Produtos agropecuários
Agrotec Comercial Agrícola e Assistência Técnica LTDA	Produtos agropecuários
Casa do Fazendeiro	Produtos agropecuários
Copel Comercial Agropecuária	Produtos agropecuários
Cultiva Agronegócios LTDA	Produtos agropecuários
Fert Gotas	Irrigação
Fertil Agrícola	Alubos
Hidro System Engenharia de Irrigação e Hidráulica	Irrigação
Hidrosystem Triângulo LTDA	Irrigação
Irrigaterra Comércio e Distribuição LTDA	Irrigação
Sementes Cruvinel	Sementes
Sementes Selecta LTDA	Sementes
Sementes Sevilhas	Sementes

Quadro 1 - Araguari (MG): empresas prestadoras de serviços na área agrícola (2006)
Fonte: Costa (2006, p. 41)

A modernização da agricultura no município de Araguari também permitiu a homogeneização espacial do campo, que pode ser observada na área rural dos distritos a partir do cultivo de lavouras de soja, milho e café, principalmente, com a produção voltada tanto aos mercados externos quanto para o próprio abastecimento.

Os principais reflexos do processo de modernização da agricultura foram o crescimento da sazonalidade do trabalho agrícola - advindo da modificação nas relações técnicas de produção e da intensificação do uso de máquinas, implementos e insumos de origem industrial -, a concentração fundiária e o intenso fluxo migratório (rural-urbano). Esse fluxo contribuiu, sobremaneira, para o estabelecimento de um novo padrão demográfico no país, com o esvaziamento populacional do campo e o conseqüente aumento da população urbana, intensificando, assim, o processo de urbanização brasileiro.

Nessa perspectiva, a urbanização brasileira ganhou uma nova dimensão com o processo de modernização agrícola, já que houve uma redefinição nos conteúdos e papéis das cidades, que passaram a estabelecer relações mais intensas e complexas. Destarte, a partir da década de 1970, com a expansão dos setores agropecuário, comercial e industrial e a modernização das infra-estruturas de transporte e comunicação, há uma refuncionalização das atividades urbanas, tendo como conseqüência disso a reconfiguração da rede urbana. Nesse contexto, há uma refuncionalização da rede urbana do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, região na qual o município de Araguari está inserido. Soares (1997, p. 118), analisando a realidade do Triângulo Mineiro, concluiu que

a refuncionalização da rede urbana do Triângulo Mineiro orientou-se principalmente pela modernização do campo, que expulsou uma parcela significativa da população rural; pelo dinamismo de algumas aglomerações; pela intensificação dos fluxos de transportes e comunicações, bem como, pela diversificação dos serviços, que possibilitaram uma maior diferenciação entre as cidades.

Dessa maneira, há uma intensificação do processo de urbanização no município de Araguari, com um significativo incremento populacional, representado pelo aumento dos residentes urbanos e o decréscimo da população rural, o qual pode ser explicado pela maior intensidade e expressividade da implantação de técnicas modernas na produção agrícola.

É importante considerar que o processo de modernização agrícola e a inserção do capital agroindustrial no município de Araguari não foram diferentes do restante do país, pois

favoreceram uma pequena parcela de produtores, representada pelos grandes proprietários de terra, e expropriou um enorme contingente de pequenos proprietários que não possuíam condições favoráveis para a implantação de técnicas modernas em sua pequena produção. Essa parcela de pequenos proprietários teve que vender suas propriedades, contribuindo para o aumento da concentração fundiária no município, e migrar em direção à cidade de Araguari, o que determinou não só o crescimento da população urbana, mas também da taxa de desemprego e demais problemas na cidade. O significativo crescimento populacional e a conseqüente diminuição da população rural do município podem ser observados na tabela 4.

Tabela 4 - Araguari (MG): evolução da população total, urbana e rural (1970-2000)

Situação	Habitantes				Porcentagem (%)		
	1970	1980	1991	2000	Evolução 1970-1980	Evolução 1980-1991	Evolução 1991-2000
Total	63.368	83.519	91.283	101.974	31,7	9,2	11,7
Urbana	49.809	74.267	82.103	92.748	49,1	10,5	12,9
Rural	13.559	9.252	9.180	9.226	-31,7	-0,7	0,5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 1991 e 2000)

Organização: ARAÚJO, F. A. V. (2008).

A partir da tabela 4 podemos perceber que houve um decréscimo de 31,7% da população rural no período de 1970 a 1980. No período de 1980 a 1990, o decréscimo foi menor, de 0,7%. A taxa de crescimento negativo nesse período pode ter sido um reflexo da migração campo-cidade, que ocorreu devido às mudanças nas relações de trabalho, à mecanização do campo e ao poder de atração da cidade. Entre os anos de 1991 e 2000, a população rural teve o crescimento de 0,5%, o que representa pouca expressividade frente à população urbana, que cresceu 12,9%.

Apesar do crescimento negativo da população rural, não é correto pensarmos que essa população ficou “atrasada”, econômica e culturalmente, em relação à população que vivia na cidade. Podemos observar no cotidiano dos moradores dos distritos de Araguari, especialmente em Amanhece, que os moradores freqüentam a cidade, consomem seus bens e serviços e, ao mesmo tempo, mantêm no distrito as relações socioespaciais herdadas do mundo rural.

O crescimento da população urbana foi superior ao apresentado pela população total em todo o período analisado. Esse crescimento foi condicionado pelo próprio caráter do

processo de modernização agrícola no município, que, conforme mencionado, favoreceu os grandes proprietários que conseguiram acompanhar a lógica do mercado, implantando técnicas modernas em sua produção voltada à exportação, como café e soja, principalmente. A expansão da tecnologia e a conseqüente mecanização levou à concentração das terras nas mãos de poucos, à liberação de mão-de-obra e um intenso êxodo rural, com o esvaziamento populacional do campo.

Os benefícios advindos da mecanização da agricultura foram estendidos a uma reduzida parcela, representada pelos produtores que detinham os recursos disponíveis para a implementação da modernização agrícola. Apesar do inegável desenvolvimento econômico que isso representou para o município, o espaço rural não experimentou o mesmo desenvolvimento, que vai muito além do aumento da produção e da produtividade. De acordo com Pessoa (1982, p. 9),

a modernização da agricultura não conduz, necessariamente, ao desenvolvimento rural, pois a primeira está diretamente interessada no aumento da produção e produtividade, enquanto que a segunda leva em conta, sobretudo, as condições sócio-econômicas [sic] das pessoas que participam diretamente no processo de produção.

Nesse sentido, a modernização da agricultura no município de Araguari também atendeu aos interesses das políticas desenvolvimentistas que visavam ao aumento da produção e produtividade, favorecendo o desenvolvimento econômico de seu espaço rural, não levando, necessariamente, a um desenvolvimento rural.

O aumento da produção e produtividade alcançado com a mecanização agrícola não engendrou uma melhoria das condições socioeconômicas dos habitantes da área rural do município e isso pode ser constatado, principalmente, na vida da população residente nas sedes distritais (vilas). Se algumas propriedades rurais dos distritos foram modernizadas, em contrapartida, essa modernização e desenvolvimento não foram estendidos a toda a população das vilas. Essas, em meio a esse contexto modernizante, ainda possuem equipamentos urbanos simples e que não atendem às necessidades de saúde, educação, trabalho e lazer de seus residentes de forma satisfatória. Assim, continuam subordinadas economicamente ao município de Araguari, o que não acontece apenas no aspecto econômico, mas também político e cultural.

Diante das precárias condições de trabalho e da baixa renda obtida em decorrência dos preços praticados pelos grandes proprietários, muitos dos pequenos proprietários desistiram da atividade rural e migraram em direção à cidade de Araguari ou mesmo para a vila dos

distritos do município. Apesar de tornarem-se moradores urbanos, muitos mantiveram seu trabalho no campo como trabalhadores temporários, contribuindo, assim, para intensificar a relação cidade-campo. Desse modo, a relação dos moradores das vilas distritais do município de Araguari com o campo tornaram-se mais estreitas, já que esse não representa apenas o lugar de trabalho, mas também torna-se uma referência à manutenção e reprodução de alguns valores e modos de viver. O estreitamento dessa relação da população das vilas distritais também ocorreu com relação à cidade, na busca por trabalho e pelos produtos e equipamentos não encontrados nas vilas, havendo uma forte integração entre o rural e o urbano, tornando difícil a separação entre eles.

É inegável que os processos de urbanização e modernização agrícola, intensificados a partir da década de 1970, contribuíram, sobremaneira, para a relativa perda da visão idílica do rural, uma vez que este acabou recebendo influência das cidades e o modo de vida urbano estendeu-se às localidades rurais, mesmo àquelas mais longínquas. Apesar da não-homogeneidade desse fenômeno, a própria organização socioespacial do campo passou a ser determinada pela dinâmica da cidade e pela rede urbana estabelecida com os demais centros urbanos. Conforme afirmou Endlich (199-, p. 07): “As relações possuem uma amplitude maior e devem ser pensadas no conjunto da rede urbana. Assim, o modo de vida urbano estende-se até os limites geográficos alcançados pelos interesses, ações e conteúdos presentes nas cidades.”

Considerações finais

A pesquisa possibilitou entender que as inúmeras transformações no campo do município de Araguari, dentre elas o cultivo de produtos voltados à exportação, como café e soja, o aumento das relações de assalariamento, entre outras, devem ser percebidas como reflexo da reestruturação produtiva pela qual passou o campo brasileiro em nível macro. Porém, essas transformações não podem ser utilizadas para justificar a inexorável urbanização (material e simbólica) das áreas rurais, visto que as mudanças ocorridas nas zonas urbana e rural dos distritos não é um processo homogêneo que conseguiu suprimir o modo de vida característico dos residentes dessas áreas.

Podemos afirmar que a diversificação dos bens e serviços, a intensificação do fluxo de transportes e comunicações e a carência de infra-estrutura nos distritos contribuem para a maior dependência dos moradores em relação aos equipamentos urbanos da cidade. O poder

de atração da cidade e a mecanização do campo fizeram com que os residentes deste criassem relações diretas com aquela, na busca de insumos, fertilizantes e outros produtos, levando essa população a se deslocar para o núcleo urbano, consumindo-o, estabelecendo, assim, uma nova relação cidade-campo.

Assim, a separação entre o rural e o urbano torna-se mais difícil, já que a interação entre os valores característicos de cada modo de vida foi intensificada, contribuindo para que os valores urbanos estejam presentes no campo da mesma forma que há a presença dos valores rurais na cidade. Nesse sentido, mais importante do que essa separação e redefinição das fronteiras é o entendimento dos significados das práticas sociais dos sujeitos.

Apesar da população das sedes dos distritos ser contada como urbana, ela possui práticas e vivências características do rural, devido à sua relação estreita com o campo, a qual contribui para a incorporação e manutenção de viveres típicos desse espaço. Assim, o campo e a cidade não podem ser tratados como espaços dicotômicos, já que, apesar de serem construções socioespaciais distintas, se encontram em constante interação devido às relações estabelecidas entre as pessoas que vivem nos diferentes espaços. Portanto, mais importante do que estabelecer uma dicotomia entre eles é considerar o viver das pessoas e a maneira como experimentam as relações estabelecidas.

A dicotomia campo/cidade já não cabe na reflexão acerca desses dois espaços frente ao novo e moderno padrão agrícola em que se inseriu o município de Araguari. De tal modo, no estudo de seus distritos, devemos considerar que há uma forte interação entre o modo de vida e os valores rurais e urbanos. Da mesma forma que há uma maior presença dos valores urbanos no campo devido à maior tecnicização desse espaço, igualmente os valores rurais estão presentes na cidade. Se a população dos distritos é considerada urbana, devemos considerar que os valores e práticas característicos do mundo rural, como o vínculo identitário com a terra, os hábitos alimentares, a maneira de falar, dentre outros estão fortemente presente em suas vidas devido à sua proximidade com o campo.

Desse modo, conforme Silva (2007), o campo e a cidade não devem ser interpretados como meros espaços geográficos, uma vez que são realidades experimentadas pelos sujeitos em suas inter-relações, seja por meio de produtos agrícolas provenientes do campo e consumidos pelos cidadãos, seja por meio de produtos e equipamentos urbanos utilizados pelo homem do campo ou mesmo através de hábitos característicos do viver urbano ou rural que se relacionam.

A nova interação cidade-campo advinda do processo de modernização agrícola exige-nos a compreensão de que há uma coexistência dos modos de vida urbano e rural no viver dos moradores dos distritos do município de Araguari. Apesar da manifestação de elementos típicos da cidade nos distritos, entendidas como “urbanidades”, que, conforme Rua (2001), são a manifestação de elementos urbanos no campo, há a presença do rural, que se expressa nos hábitos, costumes, valores e tradições dos moradores. Entendemos que essa presença e sua interação com o urbano, que ocorre no viver das pessoas nos revela uma complexidade, na qual rural e urbano coexistem e não se sobrepõem. Apesar da importância que esse último adquiriu na sociedade contemporânea, o rural não sucumbiu à sua lógica. Assim, consideramos que eles podem se fundir sem que isso leve a uma homogeneização que suprime as especificidades concernentes a cada um.

Notas:

¹ O presente artigo é parte das análises realizadas na monografia intitulada “Quando o urbano e o rural se intercruzam: discussões acerca da relação cidade-campo no distrito de Amanhece/Araguari (MG)”, orientada pela Prof. Dr^a. Beatriz Ribeiro Soares e defendida no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, em junho/2008.

² Ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Participou do Programa no período de março/2004 a fevereiro/2007.

³ Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

⁴ É importante deixar claro que utilizaremos as expressões *relação cidade-campo* e *relação urbano-rural* como respectivos sinônimos de *relação campo-cidade* e *relação rural-urbano* e isso se justifica pelo fato de que alguns autores utilizam as primeiras expressões, enquanto outros as segundas. Não obstante essa diferença nas composições, percebemos, a partir das leituras realizadas, que as expressões possuem os mesmos significados. Assim, utilizaremos as expressões *relação cidade-campo* e *relação urbano-rural* por uma postura metodológica e por optarmos em privilegiar uma visão de análise que é a influência da cidade sobre o campo, destacando a visão da Geografia Urbana sobre o campo. Isso se justifica pelo fato de que se percebe uma falta de análises acerca dessa temática, a relação cidade-campo, por parte de pesquisadores da Geografia Urbana, já que a maior parte dos trabalhos produzidos são realizados por pesquisadores da Geografia Agrária/Geografia Rural, Sociologia, entre outros.

⁵ É importante considerar que, apesar do Distrito de Santo Antônio/Contenda ser um dos distritos que compõem o município de Araguari, tendo sido criado por intermédio do Ato das Disposições Gerais e Transitórias, da Lei Orgânica do município, de 21 de abril de 1990, o IBGE não o considerou na realização de seu último censo. Assim, ele não será considerado na população do município devido à falta de informações estatísticas.

⁶ Vale reiterar que, de acordo com o IBGE, a população das sedes distritais (vilas) é contada como urbana.

Referências

BACELAR, Winston K. de A. **Os mitos do “sertão” e do Triângulo Mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade.** Uberlândia: Gráfica Composer, 2003. 188p.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades: novas identidades em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA SOBER, 35., 1997, Natal. **Anais...** Natal: SOBER. 1997. p. 1-12. 1 CD-ROM.

COSTA, Ana Luiza. **Modernização e diversificação agrícola no município de Araguari (MG) nas décadas de 1970 a 2000**. 2006. 75 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

ENDLICH, Ângela M. **Reflexões teóricas acerca do rural e do urbano**. p. 1-13 [199?]. [s. n.t.].

GOBBI, Wanderléia A. de O. Modernização agrícola no cerrado mineiro: os programas governamentais da década de 1970. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 5, n. 11, p. 130-149, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br>>. Acesso em: mar. 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

MONTEIRO, Manoel Antônio de A. Migração rural-urbana e política agrícola. **Travessia Revista do Migrante**, São Paulo, n. 50, p.10-16, set-dez. 2004.

PESSÔA, Vera Lúcia S. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 1982. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), IGCE-UNESP, Rio Claro, 1982.

_____. **Ação do estado e as transformações agrárias no cerrado nas zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. 1988. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia), IGCE-UNESP, Rio Claro, 1988.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Glaúcio J.; RIBEIRO, Marta F. (org.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 27-42.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 157 p.

SILVA, Renata Rastrello e. **Proprietários rurais do distrito de Martinésia (Uberlândia – MG): viver e permanecer no campo – 1964-2005**. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de História, Universidade Federal der Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Urbanização no cerrado mineiro: o caso do Triângulo Mineiro. In: Silva, J. B. da; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 105-130.